



PREGÃO PRESENCIAL N. 04/2023
PROCESSO TC-CP/0262/2023
CONTRATO N.033/2023

CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA
PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA
E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE
E LIMPEZA, QUE FIRMAM O TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL E A EMPRESA
CONTRATADA MULTIPOLPAS
INDUSTRIA E COMÉRCIO DE POLPAS
DE FRUTAS LTDA – EPP.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob o número 15.424.948/0001-41, com sede na Rua Des. José Nunes da Cunha Bloco 29 - Parque dos Poderes – CEP 79.031-902, Campo Grande/MS, representado pelo seu Presidente Conselheiro **Jerson Domingos**.

CONTRATADA: MULTIPOLPAS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE POLPAS DE FRUTAS LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado registrada sob o 26.833.103/0001-26, endereço da sede na Rua Salim Maluf, n. 40, Vila Bandeirantes, CEP n. 79.006-450, Campo Grande/MS neste ato representada por seu sócio proprietário **Sr. Artur Rodrigues Filho**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.640800 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n. 138.416.611-49.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente contrato para a contratação de pessoa jurídica para Fornecimento de gêneros alimentícios, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do edital, decorrente do procedimento licitatório de Pregão Presencial de nº 04/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR:

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica para Fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, e materiais de higiene e limpeza para atender ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS.

EXCLUSIVO PARA ME E EPP



TRIBUNAL DE CONTAS
Estado de Mato Grosso do Sul

	Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	VALOR	
						UNITARIO	TOTAL
Lote 05	1	POLPA DE FRUTAS - SABOR ABACAXI COM HORTELA, PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO ALCOOLICO, NÃO CONTEM GLUTEN E SEM CONSERVANTES QUIMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. O PRODUTO DEVERA SER CONGELADO E TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO, EM PACOTES DE 1 KG, CONTENDO 10 UNIDADES DE 100G CADA, ROTULADA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE CONTENDO O NÚMERO DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. RENDIMENTO DE 300ML CADA, POR CADA UNIDADE DE 100G.	120	PCT/10	MULTIPO LPAS	R\$14,00	R\$1.680,00
	2	POLPA DE FRUTAS - SABOR ACEROLA, PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO ALCOOLICO, NÃO CONTEM GLUTEN E SEM CONSERVANTES QUIMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. O PRODUTO DEVERÁ SER CONGELADO E TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO, EM PACOTES DE 1 KG, CONTENDO 10 UNIDADES DE 100G CADA, ROTULADA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE CONTENDO O NUMERO DE REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE. RENDIMENTO DE 300ML CADA POR CADA UNIDADE DE 100G.	70	PCT/10	MULTIPO LPAS	R\$14,00	R\$980,00



TRIBUNAL DE CONTAS
Estado de Mato Grosso do Sul

3	POLPA DE FRUTAS - SABOR ABACAXÍ, PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO ALCOOLICO, NÃO CONTEM GLUTEN E SEM CONSERVANTES QUIMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. O PRODUTO DEVERA SER CONGELADO E TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO, EM PACOTES DE 1 KG, CONTENDO 10 UNIDADES DE 100G CADA, ROTULADA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE CONTENDO O NUMERO DE REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE. RENDIMENTO DE 300ML CADA POR CADA UNIDADE DE 100G.	70	PCT/10	MULTIPO LPAS	R\$14,00	R\$980,00
4	POLPA DE FRUTAS - SABOR LARANJA PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO ALCOOLICO, NÃO CONTEM GLUTEN E SEM CONSERVANTES QUIMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. O PRODUTO DEVERÁ SER CONGELADO E TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO, EM PACOTES DE 1 KG, CONTENDO 10 UNIDADES DE 100G CADA, ROTULADA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE CONTENDO O NUMERO DE REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE. RENDIMENTO DE 300ML CADA POR CADA UNIDADE DE 100G.	120	PCT/10	MULTIPO LPAS	R\$14,22	R\$1.706,40
5	POLPA DE FRUTAS - SABOR ACEROLA COM LARANJA, PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO ALCOOLICO, NÃO CONTEM GLUTEN E SEM CONSERVANTES QUIMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. O PRODUTO	120	PCT/10	MULTIPO LPAS	R\$14,00	R\$1.680,00

	DEVERÁ SER CONGELADO E TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO, EM PACOTES DE 1 KG, CONTENDO 10 UNIDADES DE 100G CADA, ROTULADA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE CONTENDO O NUMERO DE REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE. RENDIMENTO DE 300ML CDA POR CADA UNIDADE DE 100G.					
6	POLPA DE FRUTAS - SABOR CAJU, PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO ALCOOLICO, NÃO CONTEM GLUTEN E SEM CONSERVANTES QUIMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA.O PRODUTODEVERA SER CONGELADO E TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO, EM PACOTES DE 1 KG, CONTENDO 10 UNIDADES DE 100G CADA, ROTULADA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE CONTENDO O NUMERO DE REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE. RENDIMENTO DE 300ML CDA POR CADA UNIDADE DE 100G.	70	PCT/10	MULTIPO LPAS	R\$13,90	R\$973,00
Valor Total do Lote 05						R\$7.999,40

1.2. O valor global deste contrato é de R\$ 7.999,40 (Sete mil reais e novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. Dados da dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	3101
Funcional Programática	10.03101.01.032.0002.2011.0001
Fonte de Recursos	1500

Natureza da Despesa	3.3.90.30.07
Descrição da Despesa	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA

3.1. Os produtos serão solicitados de acordo com a demanda pelo CONTRATANTE, formulada através de Ordem de Fornecimento antecipada, emitida pelo Departamento de Gestão de Infraestrutura (Setor de Serviços Gerais).

3.2. A entrega dos produtos deverá ser realizada durante o horário de expediente.

3.3. Os pedidos solicitados em dias úteis das 07:00 hrs até às 13:00 hrs, deverão ser entregues no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, contado do recebimento de cada Ordem de fornecimento.

3.4. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega na totalidade do que for solicitado mesmo que não possua em seus estoques o número solicitado, sendo necessário que, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos produtos deverão ter prazo de validade de no mínimo de 12 (doze) meses.

3.4.1. Os produtos deverão ser entregues no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - TCE/MS, localizado na Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, Bloco 29, Parque dos Poderes, Campo Grande - MS, durante o horário de expediente, das 7 às 13 hrs.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO:

4.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente pelo responsável pela Gerência de Gestão de Engenharia e Patrimônio e Serviços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com o padrão de qualidade sugerido nas especificações dos itens no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.3. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE



5.1. O presente contrato não sofrerá reajuste durante o seu período de vigência. O valor é fixo e irreajustável.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1. A CONTRATADA deverá encaminhar ao Gestor do contrato, até o dia 30 de cada mês, Nota Fiscal/Fatura acompanhada de documentos que comprovem a regularidade fiscal perante a fazenda pública federal, estadual e municipal, bem como certidão negativa débitos trabalhistas, de regularidade do recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como um relatório circunstanciado dessa prestação.

6.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário até o dia 12 do mês seguinte ao recebimento definitivo dos serviços e itens que compõem o objeto do contrato, devendo a **CONTRATADA** informar o Banco, Agência e o número da conta corrente em nome da empresa que deverá ser efetuado o crédito.

6.3. Eventuais atrasos na apresentação de nota fiscal e demais documentos de regularidade da empresa implicam em prorrogação do prazo para pagamento.

6.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.4.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde EM = Encargos moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

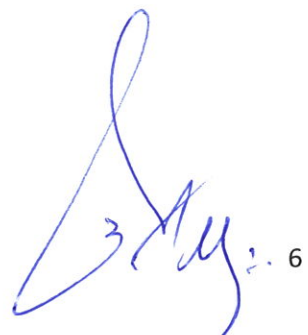
CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

7.1. O presente Contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura não podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

8.1. São obrigações da CONTRANTE (Tribunal de Contas):

- I. Cumprir os termos do presente contrato;
- II. Permitir a entrega dos produtos em suas instalações;



6

- III. Intervir no fornecimento ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na lei n. 8.666/93;
- IV. Exercer a fiscalização sobre o contrato e recebimento dos produtos por meio de designados especialmente para esse fim, procedendo ao atesto na respectiva nota fiscal, com as ressalvas e /ou glosas que se fizerem necessárias;
- V. Comunicar à contratada qualquer irregularidade identificada no fornecimento do produto, solicitando a substituição do produto recusado ou que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- VI. Notificar, por escrito, a empresa contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- VII. Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do Contrato;
- VIII. Proceder a rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato;
- IX. Verificar minuciosamente, na entrega dos produtos, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- X. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do Contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- XI. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- XII. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.
- XIII. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- XIV. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações da CONTRATADA:

- I. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega dos produtos e efetua-los de acordo com as especificações deste Termo;
- II. Cumprir fielmente o presente, de modo que no prazo estabelecido, o objeto contratado seja entregue;
- III. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e outros decorrentes da contratação;



- IV. Manter todas as condições exigidas no contrato;
- V. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- VI. Responder pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação;
- VII. Não promover substituição do produto empenhado, sem anuência expressa do contratante;
- VIII. Responsabilizar-se pelo preço apresentado na proposta;
- IX. Responsabilizar-se de que as Embalagens estejam íntegras no ato da entrega, sob pena de rescisão do ajuste, independentemente das combinações legais cabíveis;
- X. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- XI. A contratada obriga-se a manter durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório;
- XII. O ônus de todas as despesas decorrentes da efetivação da troca será da Contratada, inclusive da retirada do produto devolvido, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da comunicação formal do contratante. A não retirada dos produtos notificados no prazo acima implica no direito da contratante de desprezar os mesmos e notificar as empresas por não cumprimento de contrato;
- XIII. Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;
- XIV. Responsabilizar-se pelos ônus das despesas de transporte, carga e descarga, bem como ônus previsto nos ajustes decorrentes de atraso referente à entrega;
- XV. Indicar preposto para representar a contratada durante a execução do contrato;
- XVI. Substituir os produtos recusados, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, responsabilizar-se pelas informações do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação do objeto.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO, DAS PENALIDADES E DOS VALORES DAS MULTAS:

10.1. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução ou mora na execução, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso, havendo descumprimento do contrato e seus anexos, calculada sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10 % (dez por cento);

III. Multa de 5 % (cinco por cento), sobre o valor atualizado deste Contrato, cumulativa com as demais sanções, por infração a quaisquer outras de suas cláusulas.

IV. Suspensão temporária de licitar e contratar com o (Governo, Prefeitura, Entidade) pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

10.2. A critério da **CONTRATANTE**, as sanções previstas nos incisos "I", "IV" e "V" do item 10.1, desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nos incisos "II" ou "III", facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3. Aplicar-se-á advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

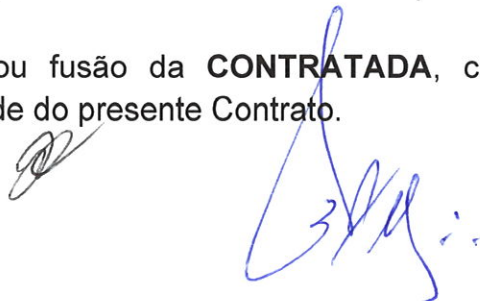
10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação pela **CONTRATADA**.

10.7. O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/93.

10.8. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, nos termos do presente contrato e anexo, bem como extensão do disposto na Lei 8.666/93.

10.9. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA**, caberá à **CONTRATANTE** decidir sobre a continuidade do presente Contrato.



10.10. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93, não dará à **CONTRATADA** direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, com a exceção do que estabelece o art. 79, § 2º, da referida Lei.

10.11. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **CONTRATANTE**, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitada ao valor dos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, além das sanções previstas neste ajuste.

10.12. A totalidade das multas que vierem a ser aplicadas à **CONTRATADA**, durante toda a vigência do contrato, independentemente de qualquer natureza, são limitadas ao máximo de 10% (dez por cento) do valor global da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECONHECIMENTO DE DIREITOS:

11.1. A contratada reconhece os direitos da contratante, em caso de rescisão administrativa, previstos no Art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. O presente contrato, decorrente da modalidade de licitação "Pregão Presencial", rege-se pelos termos da Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, vinculando-se ao Edital de Licitação e anexos, bem com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

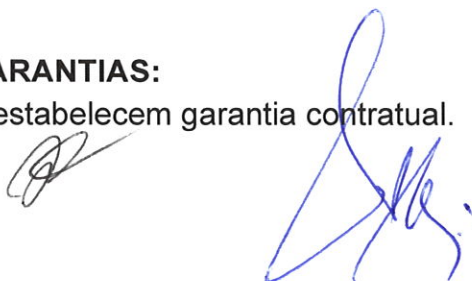
13.2. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/1993, Art. 55, na Lei nº 10.520/02 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA IDONIEDADE DA CONTRATAÇÃO:

14.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e permanecer quite perante os fiscos municipal, estadual e federal, bem como perante às justiças Estaduais, Federais e Trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS GARANTIAS:

15.1. As partes, em comum acordo, não estabelecem garantia contratual.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

16.1. A gestão e fiscalização contratual ficará sob responsabilidade do Funcionário designado pela Presidência do TCE/MS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

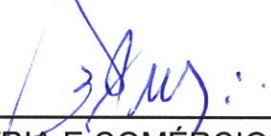
17.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Campo Grande/MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma.

Campo Grande/MS, 28 de julho de 2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO DO SUL
Conselheiro Jerson Domingos



MULTIPOLPAS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE POLPAS
DE FRUTAS LTDA – EPP
Artur Rodrigues Filho

TESTEMUNHAS:

Ass.: Raphaella C. Ade Souza

Nome: Raphaella C. Ade Souza

CPF: 046 587 431 - 24

Ass.: Adnir Angen Aquello

Nome: Adnir Angen Aquello

CPF: 031-765.341-84